

Trabalho recebido em:  
15/02/2007

Aprovado para publicação em:  
20/04/2007

Francisco Gomes de Andrade

*Doutorando em Sociologia /Universidade Federal do Ceará.*

*Pesquisador da Embrapa Agro Indústria Tropical, CE.*

*E-mail: fgomes@cnpat.embrapa.br*

## O CAPITAL SOCIAL COMO ATIVO DAS CONQUISTAS ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DUAS COMUNIDADES CAMPESINAS NA AMAZÔNIA

### RESUMO

Este artigo analisa diferenças econômicas, políticas e sociais encontradas entre duas comunidades camponesas, comparadas em referência aos seus níveis de desenvolvimento. Utiliza-se o conceito de capital social para explicar esse fenômeno, a partir das contribuições de Bourdieu, de acordo com as quais o capital social atua como mediador entre os atores e a sociedade em geral, sendo condicionado pelas mudanças no espaço social e pelas trajetórias vividas pelos indivíduos.

**Palavras-chave:** capital social, diferenciação, *habitus* e trajetória

## SOCIAL CAPITAL AS SOURCE OF ECONOMIC, POLITICAL AND SOCIAL ADVANCES: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN TWO PEASANT COMMUNITIES IN THE AMAZON

### ABSTRACT

This article analyzes economical, political and social differences founded between two agrarian communities in reference to their development levels. The concept of social capital as defined by Bourdieu, who suggests that social capital acts as mediator between social actors and the society as a whole, it being conditioned by changes within the social space and life histories of individuals.

**Key words:** social capital, differentiation, *habitus* and line of development

## 1. INTRODUÇÃO

Um fato que continua em discussão diz respeito ao perfil diferenciado apresentado pelas comunidades cam-pesinas. Observa-se que algumas dessas comunidades con-seguem alcançar determinado padrão de bem estar, expres-so pelas conquistas políticas, econômicas e sociais. O Projeto de Reflorestamento Econômico, Consorciado e Adensado (RECA)<sup>1</sup>, é um exemplo concreto de empreen-dimento que apresenta essas características, administrado pela Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Pro-jeto Reça (atualmente, cerca de 400 famílias), mas que fi-cou conhecida por Comunidade Reça. É desenvolvido na Vila Califórnia, Estado de Rondônia.<sup>2</sup> Os produtores vêm de várias regiões do país (Sul, Sudeste, Nordeste, Centro Oeste). É importante saber que, em seus Estados, eram pequenos proprietários, mas, frente à modernização da agricultura, do início de 1970, são expropriados e orienta-dos, por políticas do governo Central, a se dirigirem para a região Norte. Chegam ao Acre no início de 1980 e rece-bem do INCRA um lote, em média, de 100 ha e fundam a citada Vila.

Ao longo desses anos, os pequenos agrossilvicultores realizaram várias conquistas: residências de boa quali-dade, veículos particulares, filhos cursando a Universi-dade (os quais, após a conclusão do curso, retornaram para trabalhar na propriedade e/ou são aproveitados para execução do projeto), razoável estrutura de escoamento da produção, escola fundamental e de ensino médio, posto de saúde com bom atendimento, assistência técni-ca permanente, disponibilidade de crédito, participação nas pesquisas agrônômicas e nas redes de apoio consti-tuídas por organizações não governamentais (ONGs) e governamentais. Possuem três unidades industriais de processamento de seus produtos (envasilhamento de pal-mito de pupunha, beneficiamento de castanha do Brasil e processamento de polpa de cupuaçu) que são exporta-dos para vários estados do país. Mantêm uma relação mais estreita com o governo do Acre, do qual membros da associação integram a equipe. Afirmam eles: “foi a família Reça que segurou a nossa família no campo”.

Por outro lado, outras comunidades existem com ca-

racterísticas opostas. Por exemplo a São Bento, uma asso-ciação localizada no Projeto de Assentamento Boa Espe-rança, localizado no município de Sena Madureira-AC às margens do rio Macauã, afluente do Iaco. Em 1984, as primeiras famílias (ex-seringueiros que vieram de seringais do alto Iaco, na fronteira com o Peru) receberam do IN-CRA lotes de terra, em média, de 100 ha. O sistema de produção da comunidade é constituído pela produção de arroz consorciado com milho. Após a colheita desses, plan-tam o feijão e, em seguida, a mandioca para produção de farinha, principal fonte de renda e criação de pequenos animais. A caça e a pesca também fazem parte de suas atividades. Esse grupo de produtores, constituído por 25 famílias, tem perfil exatamente oposto ao grupo do Reça. Sua pobreza faz-se sentir pelas suas moradias, o padrão de consumo alimentar, “comportamento passivo”, com articulação muito frágil em relação aos agentes de apoio, ausência e/ou funcionamento precário dos órgãos sociais e de apoio à produção como posto de saúde, escola, assis-tência técnica, crédito rural, associação (“existente somente no papel”). Seus filhos vão para a cidade (Rio Branco ou Sena Madureira) onde se incorporam aos grupos de jo-vens marginalizados. Em reuniões com os técnicos para discutir atividades a ser desenvolvidas na comunidade, eles estão sempre enfatizando “tudo que vocês trouxeram pra gente é bom”.

As duas situações acima levam a indagar: o que expli-ca o fato de determinadas comunidades conseguirem mudar sua trajetória e outras não? Que elementos são capazes de revelar essa *diferenciação*? No contexto das discussões atuais sobre a pobreza, tem sido focado o capi-tal social como vetor estratégico de superação de situa-ções como as vividas pelas famílias da São Bento. Com efeito, o que estaria subjacente às conquistas do Reça se-ria o capital social. Segundo a literatura, o seu conceito constitui-se de variáveis como a confiança, reciprocidade, solidariedade, participação cívica e uma rede de relações que se revertem em mecanismos de combate à pobreza.

A situação contrastante das comunidades citadas, frente a esses conceitos, exige a necessidade de se questionar sob que circunstâncias e contexto o capital social se manifes-ta, ou por outra, deixa de se manifestar. Para dar conta

<sup>1</sup> O projeto constitui-se de um consócio de fruteiras nativas da Amazônia para produção de polpa de cupuaçu, palmito, castanha do Brasil e derivados do cupuaçu. Cada produtor tem cerca de 2 ha im-plantados e todos foram financiados por organizações não governamentais estrangeiras e de infra-es-trutura, com recursos a fundo perdido, pelo governo brasileiro.

<sup>2</sup> Em 1986, quando o projeto se iniciou, essa localidade pertencia ao Estado do Acre, contudo, em 1996 por decisão do Supremo Tribunal Federal, passa a ser de domínio rondoniense.

dessas interpelações, espera-se que as elaborações de Bourdieu (2004) – suas categorias como espaço social, campo de poder, homologia de posições, *habitus* e capital social – sejam suficientes para explicar a questão central deste trabalho: a *diferenciação*.

## 2. A AGENDA DO CAPITAL SOCIAL

Não é tão recente o conceito de capital social, no entanto, a discussão levantada nos últimos anos vem crescendo de importância a ponto de organismos internacionais como IICA, CEPAL e o Banco Mundial o incluírem em suas linhas de trabalho. A agenda registra questionamentos que perpassam os fundamentos teóricos, incluindo até as práticas relacionadas com sua operacionalidade.

O capital social é caracterizado pela confiança, normas, sistemas de participação e redes de relações existentes na comunidade, sendo que os estoques desses fatores tendem a ser cumulativos e a se reforçarem mutuamente (Putnam, 2002). Diz Putnam (op.cit), em suas conclusões, a variável explicativa do desempenho das instituições é o contexto cívico, a história, ou seja, a participação cívica é uma forma essencial do capital social, ou seja, quanto mais desenvolvido num território, maior será a cooperação entre seus cidadãos que estarão mais dispostos a agir coletivamente. Com efeito, nas regiões menos cívicas, os cidadãos assumem o papel de suplicantes, têm um comportamento clientelista e oportunista. Enfatiza o autor que o capital social, “corporificado em sistemas horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia, e não o oposto”.

Para Coleman, apud Durston (2001), capital social é um ativo produtivo intangível, manejado pelos indivíduos e comunidades, a tornar possível a realização de objetivos que não seriam alcançados sem ele e que pertencem à estrutura na qual estão inseridos os indivíduos. Segundo Durston (2001) os elementos do capital social são socioculturais e universais, por essa razão, existe como potencial, em todos os grupos humanos. No entanto, ele é distribuído na sociedade de forma desigual, sendo a classe pobre a que mais se recorre de sua falta. Ainda que um grupo disponha de muito capital social, ele terá dificuldades de beneficiar-se desse potencial se não dispuser de outros recursos, especialmente os materiais Durston (2001). Putnam (2002) também recorre às variáveis confiança, cooperação, reciprocidade e ainda às redes de relações como fatores de explicação do capital social. Para

Bourdieu (2003a), “capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimentos e de inter-reconhecimento”. Na concepção do autor o capital social está vinculado a um grupo de agentes possuidores de propriedades comuns e unidos por ligações permanentes e úteis. Quer dizer, deve existir um mínimo de afinidade entre eles para que o capital social exerça um efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade (Bourdieu, 2003a).

Na elaboração de Durston (2000), o capital social em suas duas formas de manifestação – individual e comunitária – é parte da cultura compartilhada e, até certo ponto, assimilada pelos atores que compõem a comunidade. O autor afirma que o capital social é um fenômeno comunitário, porque as instituições locais de cooperação e co-gestão resultam da interação de estratégias individuais. Sendo que a incorporação das práticas de capital social pelos indivíduos, em seus projetos de vida, não resultam de decisões conscientes, são transmitidas de gerações anteriores. Todavia, o autor levanta a tese de que o capital social institucional, comunitário pode ser criado intencionalmente por agentes externos. Mas Durston (2000) sugere que se aprofunde o estudo sobre essas duas formas, uma vez que “los procesos por los cuales el capital social institucional comunitario o ‘meso’ surge del ‘micro’ o individual y, eventualmente, de otros orígenes son poco comprendidos, complejos y variados”.

Contrário à posição de Putnam, sobre a questão da participação cívica, Durston (2000: 13) explica que não necessariamente o capital social resulta em níveis elevados de participação nas sociedades democráticas e pode, na ausência de um conjunto de condições favoráveis, ser insuficiente para produzir o efeito esperado.

Para Díaz & Figueras (2002) há uma aproximação entre cultura e estrutura, elas se complementam, tornando difícil saber-se, na prática, qual das duas é mais importante na determinação da sociabilidade e do estoque de capital social. Defendem ser a cultura fundamental para construção de relações sociais ao fornecer as crenças, os valores compartilhados e as tecnologias herdadas que orientam determinadas expectativas relacionadas com a ordem social.

Uma variável importante no conceito de capital social é a confiança. Díaz & Figueras (2002), argumentam que:

“la confianza es lo que nos permite actuar conjuntamente con miras al futuro, ya alimenta ciertas expectativas y seguridad ante lo desconoci-

do. De ahí que la confianza sea el producto de relaciones sociales concretas, de reciprocidades efectivas y de las obligaciones inherentes a ellas”.

Acrescentam que a confiança tem como fundamento três tipos de expectativas: a ideologia, competência e o cumprimento das obrigações. Contudo, a confiança nas instituições fica comprometida. Segundo Abramovay (2002), quando os indivíduos percebem a corrupção e o desmando no poder, maior é a propensão de submeterem-se verticalmente a esses poderes e de renunciar ao investimento em redes horizontais de cooperação, base do capital social.

Nesse rumo, uma interessante contribuição sobre participação cívica e confiança é dada por Baquero (2003), cuja compreensão é de que, se numa sociedade se estabelece o medo e a insegurança, compromete-se o desenvolvimento de normas como solidariedade, confiança e tolerância. Em vez disso, emergem práticas autoritárias, verticais, hierarquizadas, mesmo em regimes democráticos. Assim, as instituições passam a ser vistas de forma negativa, possibilitando o surgimento de modos alternativos que se fundamentam, em parte, em corrupção, em uma burocracia ineficiente, em supressão de liberdades civis, em falhas na esfera dos direitos de propriedade e em fracasso no processo de se manter a coesão. Conforme Baquero (op.cit), “no Brasil, tais fatores caracterizaram sua história obrigando as comunidades a tentar resolver por si mesmas problemas que são da responsabilidade do Estado, em um sentido privado e informal”. O autor conclui enfatizando que “o capital social como instrumento de *empowerment* das pessoas para agir coletivamente pode ser o mecanismo que falta para se gerar uma democracia mais eficiente e com qualidade” ressaltando a importância de “reconhecer que os paradigmas tradicionais que privilegiam soluções técnicas devem ser substituídos por outros que incorporem a dimensão subjetiva e social da democracia”.

Putnam (2000), referindo-se às questões colocadas por Abramovay e Baquero, comenta que

“tanto reciprocidade/confiança, quanto dependência/exploração podem manter unida uma sociedade, mas com diferentes níveis de eficiência e desempenho institucional. Uma vez inseridos num desses dois contextos, os atores racionais têm motivos para agir conforme suas regras. A história determina qual desses dois equilíbrios estáveis irá caracterizar uma dada sociedade”.

Em Bourdieu está evidenciada a construção de rede de relações sociais, necessárias para produzir e reproduzir

relações duráveis e úteis pelos agentes, em função dos capitais econômico e cultural que, por sua vez, definem a posição do agente no espaço social. Conforme Bourdieu (2003a):

“as redes estão orientadas para transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo necessárias e eletivas que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas ou constitucionalmente garantidas”.

Essa concepção tem sua importância por oferecer elementos que apontam às condições sob as quais o capital social, pode ou não, ser ativado e que não são encontradas em Putnam, para este autor o capital social é cumulativo onde ele existe. Nesse caso, é um círculo virtuoso. O contrário é o círculo vicioso ao qual a comunidade está adaptada, não havendo possibilidades de mudança em sua trajetória.

A consequência da contribuição de Bourdieu traduz-se na elaboração de uma proposição que vincula capital social ao conceito de *habitus*. No espaço social os agentes em posições circunvizinhas adotam práticas, visão de mundo e interesses comuns, disposições (*habitus*) que são internalizados e tornam diferentes os espaços ocupados pelas classes. São categorias assimiladas numa trajetória de vida, num passado, num acúmulo de conhecimento que define as necessidades de agir coletivamente; trata-se de uma experiência vivida por cada indivíduo, mas é apropriada pelo grupo e se resume numa condensação das estruturas do mundo social através das estruturas mentais. Isto torna possível que se estabeleçam relações de interconhecimento, um conhecimento em que cada um conhece a todos do grupo e é conhecido por ele; e de inter-reconhecimento, em que os indivíduos são reconhecidos como pertencentes ao grupo. São nessas relações que os grupos constroem uma sociabilidade, permeada, ao mesmo tempo, de individualidade, mas homogênea no seu todo. Quer dizer, o *habitus* como sistema de esquema de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas de uma classe (Bourdieu, 2001), apresenta-se, então, como fundamento para ação coletiva, expressão do capital social da qual o indivíduo participa para atingir determinados objetivos.

É importante observar que as disposições não funcionam como uma camisa de força, tornando inflexíveis as práticas ou o comportamento dos indivíduos. O conceito segundo Bourdieu (2004) de que “a cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* produzidos pelos

condicionamentos sociais associados à condição correspondente”, permite que se reflita sobre a flexibilidade das disposições conforme mudanças no espaço social. Mas, necessário se faz acrescentar que as consequências dessas mudanças estão condicionadas pelo conhecimento acumulado, isto é, pelo volume de capital cultural incorporado pelos indivíduos durante sua trajetória. Em resumo, conclui-se que o *habitus* funciona como princípio estruturador do capital social.

Com efeito, a distribuição dos agentes no espaço social segundo suas propriedades, em posições hierarquizadas, constituindo uma diferenciação social pode gerar antagonismos individuais e, às vezes, enfrentamentos coletivos entre eles, melhor dizendo, estão em lutas pela conservação ou transformação desse espaço (Bourdieu, 2004). Significa compreender ser praticamente impossível que o capital social opere entre indivíduos de classes distintas, de acordo com as propriedades econômicas. O contrário pode se observar em relação ao capital cultural, em que alianças entre agentes com volumes diferentes desse capital cultural pode se dar, criando as condições para o capital social operar. Segundo Bourdieu (2003), os dominados no espaço social estão destituídos dos instrumentos de produção simbólica de que necessitam para exprimirem o seu próprio ponto de vista sobre o social. Contudo, na homologia de posições entre intelectuais e trabalhadores, aqueles podem oferecer aos segundos, os instrumentos de ruptura com as representações que se geram, ou os meios de constituírem objetivamente a sua visão de mundo e a apresentação de seus interesses.

### 3. AS TRAJETÓRIAS COMUNITÁRIAS

A Vila Califórnia, onde nasceu o Reça, fica às margens da BR-364 que liga o Acre ao restante do país e tendo sido fundada em setembro de 1985. O INCRA destinou 800 ha para formação do núcleo urbano.

Quando nós viemos pra cá, eu lembro, não existia Califórnia. O Posto Fiscal ficava ali na Extrema (Vila próxima a Nova Califórnia) tinha só um bar, um restaurante e a divisa da BR (rodovia federal BR 364). Nós viemos em 80. Lá onde a gente morava, em Paranaíba, morávamos na casa do meu sogro. (Geni Schroeder).

Quando o INCRA estava cortando isso aqui (Nova Califórnia), já se sabia que ia vir não sei quantas famílias de Rondônia, do Paraná, não sei de onde. Muitas pessoas mesmo da região desistiram, saíram,

venderam deixaram o lugar delas e foram embora para cidade. Vendiam por qualquer coisa e iam embora. (Raimundo Nogueira Bezerra).

Para os produtores da Califórnia, era um momento de profunda angústia a falta de perspectiva, pois a experiência vivida em suas trajetórias – de onde saíram até chegam à Vila – mostrava que plantar arroz, feijão, café, cacau não valia nada e consideravam a floresta como um ambiente hostil. Era desesperador, como afirma *Paulo Bendoe*:

“eu estava em desespero. Encontrei o Márcio, meu vizinho da linha 5, e comecei a contar essa história para ele: Márcio, eu não tenho mais como viver aqui. Eu tenho que voltar para trás e achar outro meio de vida. Não sei como fazer. Acharo quem me compre essa terra, eu vou-me embora daqui”.

O encontro de seringueiros ou ex-seringueiros e “paulistas” (como eram conhecidos os que vinham de outros estados) à primeira vista é conflituoso. É necessário, no entanto, se observar que os pequenos produtores que vinham de outras regiões estabeleceram uma relação de convivência com os povos da região:

O pessoal do Sul chegava e a gente entrava em conversa. Às vezes, eles falavam o nome de uma madeira, a gente falava de outra e no fim era a mesma madeira. Eles, lá de fora, falavam cerejeira. Nós aqui do seringal, da região, conhecia como cumaru-de-cheiro. Então tinha essa diferença. (Raimundo Nogueira Bezerra).

Eu estranhei bastante o modo de falar e de comer também, porque a gente lá no Sul tinha que encher a mesa com várias qualidades. Lá também a gente faz muito pão, faz muita coisa em casa. Eles não sabiam fazer isso, muitos aprenderam com a gente. (Neuza Camelo).

Quando esses produtores começam a chegar à Califórnia no início de 1980, a Amazônia vivia um momento político muito agitado, estava em debate a questão do desmatamento, e a disputa entre a pecuária e o movimento ecológico muito ecológico. Várias instituições, sindicatos, a Igreja, especialmente a Diocese de Rio Branco, o Conselho Nacional de Seringueiros, assumem declaradamente a defesa do seringueiro, contrapondo-se às investidas dos que querem derrubar a floresta. O Acre vive essa situação política com as mortes de Wilsom Pinheiro em 1980, e Chico Mendes em 1988, ambos ex-seringueiros e sindicalistas. Esse momento é percebido pelos que fundaram a Vila Califórnia e se juntam aos seringueiros numa articu-

lação em busca de um projeto que se casasse com aquela oportunidade. É no jogo de interesses que se começa a construir o Reca.

Diferenças existiam, mas é o seringueiro que tem conhecimento da floresta, conhece a seringueira, castanheira, o cupuaçu, palmito, açaí, os costumes dos animais silvestres. A experiência dos que chegam e o saber local dos residentes tornam possível a aproximação dos grupos. Percebendo-se diferentes e iguais, na visão de mundo, nos costumes, na maneira de viver, nas posses, nas necessidades, construíram o que hoje eles dizem ser:

Foi a família Reca que seguiu a nossa família no campo. Dá para se dizer que a família de cada um, juntando, se formou nessa grande família Reca. (Milton Paulo).

O Projeto de Reflorestamento Econômico, Consorciado e Adensado (RECA) é um sistema consorciado de frutíferas da Amazônia que foi denominado de sistema agroflorestal (SAF)<sup>3</sup> pelo movimento ecológico. Nesse projeto, as espécies frutíferas consorciadas são a castanheira, o cupuaçu e a pupunha, entremeadas por algumas madeiras de lei como o mogno e o cumaru-de-cheiro. A implantação do projeto (1989) foi financiada pela ONG BILANCE (Organização Católica Holandesa de Cooperação) por intermédio da Diocese de Rio Branco, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro de Estatística e Investição Social – Rio de Janeiro (CERIS). Cada família recebeu recursos em dólares para cultivar 2 ha de SAF.

Os agricultores do Projeto Reca, premidos pela necessidade, conceberam um projeto social, econômico e ambientalmente alternativo. Trata-se de uma experiência bem sucedida que se conhece na Amazônia, pouco divulgada e estudada no âmbito acadêmico. Esta foi uma das principais motivações que norteou a decisão dos pesquisadores do INPA e da UFAM em trabalhar no Reca, com destaque para sua alta capacidade de organização social, o que tem facilitado sobre maneira o trabalho dos pesquisadores. (Neliton Marques, pesquisador INPA/UFAM (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia/Universidade Federal da Amazônia).

Eu acho que se leva sempre a esperança do Reca como exemplo de uma cooperação que funcionou. Em outros lugares, começa um projeto dois, três anos. Quando o recurso termina, muitas vezes os volun-

tários vão embora e acaba tudo. O Reca tem essa estrutura forte, grande. Por isso a pessoa vê essa pujança. Os agricultores que trabalham no Reca, que entregam o cupuaçu, o palmito, vivem disso. Aqui, a pessoa quando fala tem emoção: tem lágrimas nos olhos. (Federico Biconi, cooperante internacional do MLAL-Movimento Laico para América Latina).

Para Muniz & Sá (1998), os SAF's, implantados pelo Reca, significam a base de sua sustentação econômica, ecológica e social. Sua organização está assentada na solidariedade e cooperação sendo feita a partilha das diferentes atividades entre seus membros. Citando Oliveira, Muniz & Sá (1998) concordam que os associados do Reca incorporaram valores e assumiram uma nova postura no falar, no agir e na forma de trabalhar. Hoje se autodenominam agrossilvicultores e não mais agricultores.

Essa visão do Reca é importante porque reflete a articulação da organização na busca de seus propósitos. Contudo, a solidariedade parece ser entendida como algo que é dado, enquanto o SAF é apreendido como uma idéia de superação. Dessa forma, tem-se a impressão de que se trata de duas dimensões com vínculos de ligações muito finos. Reca e SAF fundem-se numa dimensão monolítica. Pensar assim implica na existência de categorias que explicam essas relações de reciprocidade.

Para economizar terra, trabalho, reduzir riscos (naturais) e principalmente para produzir para subsistência, o campesino sempre cultivou, numa mesma área, diversas culturas. Essa forma de produzir, conhecida como consórcio (plantar na mesma área feijão com milho, ou mandioca com feijão, cacau com bananeira, um consórcio temporário, entre outros) tem possibilitado a subsistência do camponês e persiste mesmo diante do cálculo econômico.

Ora, o SAF, como consórcio, é, ao mesmo tempo, uma negação do cultivo tradicional – arroz, milho, feijão – mas também a reprodução de um conhecimento campesino que garante a sustentabilidade da unidade produtiva. Contudo, como produto de um saber próprio, não se impõe diante das estruturas dominantes. Principal símbolo do campesinato que o cálculo econômico define como atrasado dá oportunidade de negação de financiamento pelos bancos do Estado de Rondônia, Acre, da Amazônia e do Brasil para implantação do SAF. Por sua vez, o Reca

<sup>3</sup> Conceitualmente, SAF define-se como uma série de sistemas e tecnologias de uso da terra nas quais se combinam árvores com cultivos agrícolas e/ou pastos, em função do tempo e espaço para incrementar e otimizar a produção em forma sustentável (Fassbender, apud Muniz & Sá, 1998).

rompe com as visões das políticas públicas e firma-se como organização social, ecológica e econômica.

No meio da comunidade sempre tem um que tem mais conhecimento e que anda mais, aprende alguma coisa diferente. No meio da nossa turma essa pessoa é o Sérgio Lopes. A idéia foi dele. Ele disse assim: olha, gente, nós temos que começar a pensar também na floresta. Se vai todo mundo nessa idéia de abrir, abrir, abrir, além de não ganhar nada, porque lavoura não dá nada, a gente também está prejudicando. (Paulo Bedone).

Nós iniciamos na época com três grupinhos<sup>4</sup>. Tinha o grupinho que jogava baralho. Tinha o grupinho que jogava bola. E nós, que era outro grupinho também de pessoas, só que com interesses diferentes, que era buscar alguns recursos para toda comunidade. Como a derrubada das castanheiras estava sendo uma coisa muito questionada, na época, o IBDF (não era IBAMA ainda) batia muito em cima dessas derrubadas, aí surgiu a idéia: Vamos fazer um plantio de castanheira. No meio, a gente coloca o cupuaçu e a pupunha que é pra nossa alimentação, e o açaí, que é pra gente ter um recursozinho. A gente repondo aquelas plantas que estão sendo derrubadas, quem sabe eles se interessam em nos financiar. (João Pereira, IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal).

A idéia era meio um golpe. Era pegar o dinheiro para plantar castanheira, plantaria castanha. Como elas precisam de bastante distância, no meio a gente planta o cupuaçu. A idéia da pupunheira foi idéia do pesquisador da EMBRAPA de Porto Velho para fazer sombreamento para o cupuaçu. A gente foi criando uma certa rede entre a gente, uma rede de amizade, companheirismo e cumplicidade. (Sérgio Lopes).

Não se trata a cumplicidade como uma motivação espontânea, assim como não se considera a liderança, por ser necessária, como suficiente para explicar superações. Mas ambas se manifestam e assumem um fundamento a partir de experiências vividas como situações adversas, expropriações, frustrações. Tornam-se os motores de uma caminhada ativa, como a experimentada por esses produtores, que estimula um permanente aprendizado. O jogo das disputas e das lutas nos espaços sociais na condição de dominado – dizem eles que “proteger a castanheira foi o ‘golpe’ dos produtores para conseguir financiamento” – não é um agir de amator, é necessário um amadurecimento, ter-se construído uma visão mais ampla da vida, como

resultado das realizações positivas e negativas. Desenvolve-se uma espécie de percepção que sinaliza as possibilidades de ameaças. A experiência de uma trajetória manifesta-se dessa maneira, para ser entendida como uma condensação das estruturas do mundo social através das estruturas mentais.

A experiência está presente em todos os momentos, na comercialização, nas preocupações políticas:

Não tendo o poder público local, a comunidade tem que fazer e o Reca é membro da comunidade. Eu sempre bati o pé que a gente tem que ajudar. Tem que ajudar as escolas. Tem que ajudar a Igreja. Tem que ajudar outras associações. Tem que estar presente. Agora, acho também que o Reca tinha que ir pra cima da emancipação de Nova Califórnia. (Sérgio Lopes).

A experiência está presente, também, na construção da rede de relações. É a experiência que recupera o conhecimento campesino, o consórcio. Internamente ela convida à participação, cada família e todas as famílias vivem uma constante construção, como se o presente estivesse a esgotar-se igualmente ao que aconteceu no passado. Essa sombra alimenta e conforma novas perspectivas. Assim, companheirismo e conhecimento, Reca e SAF, são cimentados pela experiência da caminhada e, ao unir iguais e diferentes, instaura a família Reca, mas também uma ordem de poder que sempre esteve nas mãos dos que vieram de outras regiões. É, pois, a solidariedade, o reconhecimento de um pelo outro, a expressão visível da experiência.

São Bento é uma associação localizada no projeto de assentamento Boa Esperança, localizado no município de Sena Madureira-AC às margens do rio Macauã, afluente do Iaco. As primeiras famílias (ex-seringueiros que vieram de seringais do alto Iaco) receberam do INCRA, em 1984, lotes de terra, em média, de 100 ha. “No seringal a gente não tinha liberdade, vivia como escravo, não tinha nada, festa muito difícil, só vinha à cidade uma vez por ano e às vezes não podia vir, devendo ao barracão, mas aqui a gente planta tudo, vai vivendo melhor...”

A associação produz arroz consorciado com milho. Após a colheita, plantam o feijão e por fim a mandioca para produção de farinha, principal fonte de renda e criação de pequenos animais. A caça e a pesca também fazem parte de suas atividades.

<sup>4</sup> Em 2002, a associação contava com cerca de 250 famílias. Embora seja conhecida por RECA, foi constituída como a Associação dos Pequenos Agressilvicultores do Projeto Reca.

A associação foi criada com ajuda do Padre Paulino, ele pediu a CPT para organizar que era para melhorar nossas vidas, conseguiu recursos para comprar óleo, açúcar, sal e vender mais barato pra gente, também conseguiu essa máquina pra bater arroz, mas ninguém se une. Cada um tem uma idéia, tem uma solução diferente pra nossos problemas.

Aqui falta professor, não tem posto de saúde, a prefeitura não faz a estrada, o marreteiro compra nossos produtos por um preço de nada. Se o governo quisesse resolvia tudo, a associação não tem recurso. A associação foi criada para defender nossos direitos, mas a gente não vive unido, os animais às vezes invadem a roça do vizinho, no seringal isso não acontecia, tinha muita terra, aqui ninguém pode cortar seringa, apanhar castanha, os lotes tem poucas madeiras.

A associação tinha como secretário um produtor sem terra, que residia com a família, na casa do presidente, seu irmão.

Ele sabe ler, é quem organiza os documentos da associação, toma conta da compra e venda que a associação faz (refere-se aos mantimentos) é uma pessoa que conhece muita gente na cidade, a gente não tem conhecimento.

Trata-se de uma reprodução do seringal, o sistema de aviação do barracão. Se, no entanto, encontram a liberdade, perdem o espaço. O individualismo desaparece nas trocas que realizam entre si. Quando a família não consegue a produção planejada pede-a, por empréstimo, ao vizinho. Dividem, ainda, as sementes quando alguns deles não conseguem guardar. Recorrem aos técnicos para resolver seus problemas na cidade, relacionados com a educação, saúde, banco. Reúnem-se, semanalmente, para rezar o terço. Sempre antes e depois das reuniões fazem preces. Não são sindicalizados por entenderem que o Sindicato não lhes traz benefícios. Não existe festa porque as moças foram todas para a cidade. Sempre afirmam que sabem tudo sobre produzir e normalmente reelaboram as tecnologias.

Uma expressão recorrente quando nos reuníamos com os produtores da comunidade São Bento é: “tudo que vocês trouxeram pra gente é bom”. Este comportamento, a princípio entendido como “passivo”, na verdade está a expressar uma visão de mundo construída a partir de um posicionamento deles no espaço social. Por sua vez, a individualidade reclamada, pelos produtores, como própria deles, pode ser vista a partir do entendimento de que, ao se perceberem como iguais, jamais podem melhorar de vida, vale dizer, acham-se “incapazes” de, por eles próprios,

os, construir uma proposta que mude suas condições de vida.

Contudo, na relação com a natureza, elaboram um saber próprio. Desenvolvem um sentido de percepção capaz de identificar um solo de boa fertilidade – “aquele tem muita rama; terra que tem aricuri não produz nada”. Conhecem o costume dos animais silvestres e, através desse saber, garantem a sua reprodução. A representação que constroem da cidade é de um “saber superior” e, assim, incorporam seu estilo de vida como “incapaz”.

Com efeito, a “incapacidade” não é um atributo inerente ao ser humano, mas um valor incorporado que é, de certa forma, imposto. Ao se pensar na relação campo-cidade, em suas várias representações contidas na dicotomia tradicional-moderno, conforme vista em Bourdieu (1997): “é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado”. Dessa forma, o rural estaria numa posição hierárquica inferior em relação à cidade. A modernidade do urbano, representado pela indústria, concentração do poder político, econômico, científico e tudo que lhe diz respeito, gera uma desqualificação dos saberes campestinos e indígenas que, vinculados aos processos naturais, é concebido como atrasado.

O sistema de produção campestino é tomado, assim, como irracional. O cálculo econômico da racionalidade científica estigmatiza-o como “ineficiente” e que, por essa razão, deve ser substituído. Desse modo, pode-se argumentar que a estigmatização do processo produtivo é incorporada pelo campestino como “incapacidade” sua e até como algo natural.

A “incapacidade” assumida pelos campestinos implica perceberem-se como iguais em todas as dimensões como na política ou na sociabilidade, fazendo-os “individuais”, “passivos”, mas unidos na forma de pensar e entender o mundo, um do “conhecimento” e outro da “incapacidade”. Essa visão segmentada da realidade funciona como paralisia do pensamento, das práticas, dos costumes, do modo de atuar, visão essa que o seringueiro tenta reproduzir no projeto de assentamento. Procedimentos tais que foram adquiridos no cotidiano do seringal e que são estigmatizados pela “racionalidade” científica, materializada nas políticas públicas.

A passagem do extrativismo para uma exploração artificial implica em mudanças comportamentais de várias dimensões. Requer uma relação direta com o mercado que contrasta com o seringal em que o barracão era a única referência. Na verdade, os projetos de assentamento tra-

zem em seu bojo uma proposta de transformar o campestino num empresário ao que ele resiste quando afirma que sabe tudo sobre como produzir. O entendimento é que a nova realidade cotidiana dos projetos de assentamento apresenta-se, para os campestinos da São Bento, como um problema que não é encontrado no extrativismo do seringa e que, agora, eles não vêem outra saída senão aceitar a negação de sua identidade, embora, equivocadamente, o técnico perceba, nessa atitude, uma forma de “resistência” às mudanças. Na realidade, a “resistência” não passa de uma tática, consciente ou inconscientemente estabelecida pelo grupo, para a defesa de seu estilo de vida.

Ao se virem como tais, definem suas estratégias para garantir a própria reprodução. Tacitamente usam sua “incapacidade” para estabelecer um jogo com os técnicos. Como foi dito acima, os técnicos são tomados como seus mediadores, mas nos limites que eles campestinos possam operar seu sistema de produção, pois, como dizem, “já sabemos tudo sobre como produzir”. Quer dizer, a tecnologia recomendada é percebida como uma ameaça à liberdade alcançada, à autonomia que não tinham no seringa, ou mesmo, ao equilíbrio estabelecido entre eles e que possibilita recriar a unidade produtiva. Firmam, também, relações “clientelistas” com os políticos e participam de “programas assistencialistas”. Deste modo, a “incapacidade” reconhecida como valor negativo é convertida numa arma do grupo e, possivelmente, a única para se contrapor ao processo de dominação.

#### 4. O CAPITAL SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A tese aqui pensada deixa evidente que a experiência de uma trajetória, expressa no conhecimento acumulado, ou melhor, expressa no volume de capital cultural incorporado, funciona como fonte da estrutura do capital social, que por sua vez, opera como mediador entre os agentes de uma dada classe e as instituições sociais, ou ainda entre os agentes e a sociedade no geral. Proposição respaldada pelas elaborações de Bourdieu já citadas e, mais ainda, quando ele (2003a) afirma “a noção de capital social impôs-se como único meio de designar o fundamento de efeitos sociais que, (...), não são redutíveis ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado”. Esses argumentos levam à constatação de alguns fatos na trajetória das comunidades e contribuem para a compreensão do fenômeno da *diferenciação*.

A percepção que se tem do Reca é que foram construídas relações articuladas com a dinâmica do contexto. O movimento ecológico foi apropriado como um momento auspicioso. Não foi por acaso que participantes do Reca foram procurar apoio junto a Igreja, pois, se, de um lado, havia a posição dessa, assumindo a defesa do campestino e endossando as propostas ecológicas, do outro lado, essa posição era reforçada pela presença, no grupo, de um membro com curso de filosofia e que havia sido seminarista. Na realidade, os campestinos do Reca encontram, no movimento ecológico, as bases para superação de suas condições e, com isso, internalizam as disposições ecológicas. O movimento ecológico que, por sua vez, é bom que se diga, trata-se de uma luta acima dos interesses de classe, encontra, nesses campestinos, os agentes capazes de expressar a mesma visão. Essas condições possibilitaram que fosse colocada em construção uma rede de relações que consolidou a família Reca, vale dizer, perenizaram-se relações sociais inicialmente provisórias. Relações essas em que cada membro assume compromissos formais e informais.

Cumprir acrescentar que o produto dessas relações, o SAF, reverte-se em símbolo de poder, fortalecendo as práticas da própria organização. Fica evidente que o poder, no Reca, situa-se no seu próprio “núcleo”. A implicação principal desse fenômeno o fato de eles tornar possível uma autonomia relativa, a qual é investida nas diversas situações.

Diferentemente, constata-se na São Bento um “núcleo” vazio de poder e, por isso, suas determinações são ditadas de “fora”. Com efeito, o fato de estarem presos ao seu mundo imediato, através de práticas e representações estigmatizadas, parece obstruir a construção de uma rede de sociabilidade que leve a uma melhora de vida conforme é o desejo deles.

No entanto, analisando o passado e presente das duas comunidades pode-se chegar a algumas conclusões.

No caso do Reca, o padrão de vida atual é bem superior ao dos anos 1980. A associação detém três unidades de processamento industrial: uma de polpa de cupuaçu, uma de envasilhamento de palmito e outra de beneficiamento de castanha do Brasil. Exportam seus produtos para Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil e seus sócios auferem uma renda mensal de 4,5 salários mínimos. (Muniz & Sá, 1998).

É possível afirmar que o contexto político foi expressivo para acionar o capital social, nesse caso, principalmente, pela presença de capital cultural, ou seja, a experiência, como manifestação do conhecimento acumulado, foi fator estratégico na construção do Reca, manifestando-se

em toda sua plenitude. Assim, parece claro que o capital social foi relevante para criação do poder que essa comunidade detém, dando-lhe relativa autonomia.

Quanto à São Bento, as mudanças no espaço social foram importantes para eles em função da liberdade alcançada e que está vinculada à posse da terra, à associação com o posto de revenda de mercadorias e à constituição do grupo. Seu principal produto, gerador de renda, a farinha, é comercializada na sede do município, proporcionando uma renda mensal menor que a de um salário mínimo<sup>5</sup>.

Não se pode afirmar, aqui, que essas “conquistas” estejam associadas ao capital social. E não foi por inexistência de relações de confiança, reciprocidade e muito menos pelo círculo vicioso, como defende Putnam, que ele não operou.

O que fica evidente, é que, cada comunidade, constitui suas próprias relações e, com isso, define seus planos, amarrados em critérios comandados pelas disposições que foram incorporadas por seus membros. Significa entender que as rupturas, ou seja, a substituição desses planos por outros, estão subordinadas à existência de princípios que sejam de domínio da comunidade. O SAF contém parâmetros que são reconhecidos pelo campesino. As reservas extrativistas são uma ressignificação do seringal. Os projetos de assentamento do INCRA, em sua forma tradicional, não contêm esses elementos, a não ser a liberdade – “aqui é bom, mas tem pouca terra”.

A partir do que foi discutido, o capital social deve ser entendido como um ativo inscrito nas relações sociais e acionado, somente, quando há convergência entre os princípios que o governam e os critérios constitutivos da comunidade. É dizer, o capital social não opera independentemente, ele é condicionado pela dinâmica do contexto e, assim como pode ser acionado, igualmente pode ser desativado pelos interesses dominantes que, no espaço social, tentam impor sua visão de mundo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: controvérsias e experiências. Sabourin, E.; Teixeira, O. A.; (orgs.). Brasília: UFPB, CIRAD e EMBRAPA. 2002. 402p.

ANDRADE, F. G. de; SÁ, C. P.; MUNIZ, P. S. B.; SILVA, A. dos S. Elementos de resistência ao desenvolvimento: o caso da comunidade São Bento. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 40, 2002, Passo Fundo. Anais... Brasília: SOBER, 2002. CD Rom.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGROSSILVICULTORES DO PROJETO RECA. Nosso jeito de caminhar. A história do Projeto Reca contada por seus associados, parceiros e amigos. Moreira, T. (org.). Brasília: Apoio Ministério do Meio Ambiente. 2003.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Revista de Sociologia e Política, <http://www.scielo.br/scielo.php> 19 Fev. 2004.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2003<sup>a</sup>, p.65-69.

\_\_\_\_\_. Efeitos de lugar. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 2001.p.159-166.

\_\_\_\_\_. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b. 311p.

\_\_\_\_\_. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2004.

DIAZ, J.; FIGUERAS, A. Capital social, organizaciones de base y el Estado: recuperando los eslabones perdidos de la sociabilidad. In: Capital social e reducion da pobreza: en busca de un novo paradigma, <http://www.eclac.cl/publications>. 06 Mar. 2004.

DURSTON, J. Qué es el capital social? Santiago do Chile: División de Desarrollo Social. CEPAL. 2000, 3p. Série Políticas Sociais 38.

PUTNAM, R. D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. 191p.

<sup>5</sup> Pesquisa de campo, 2000.